



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 660/11

Obriga a fixação de mapas de localização do Estado do Paraná em postos de combustíveis nas estradas paranaenses.

Art. 1º Os postos de combustíveis localizados nas estradas Federais ou Estaduais situadas no Estado do Paraná deverão fixar nas suas dependências, em local visível ao público, mapa rodoviário do Estado, a fim de facilitar a locomoção dos usuários das estradas, profissionais e populares.

§ 1º Os mapas rodoviários deverão ser fixados em locais de fácil acesso e boa iluminação, em escala não inferior a 1:100.

§ 2º Sempre que possível, os mapas deverão destacar as áreas turísticas do Estado, com informações sobre as atrações, distâncias em quilômetros (Km) das principais capitais, bem como os números telefônicos da Prefeitura Municipal ou órgão oficial de turismo dos locais em destaque, para obtenção de maiores detalhes tais como hotéis, pousadas e restaurantes.

Art. 2º As despesas relacionadas à disponibilização dos mapas rodoviários correrão por conta dos próprios estabelecimentos.

Parágrafo único. As empresas poderão explorar publicidade no local reservado ao mapa rodoviário, desde que a área ocupada por ela não dificulte a observação da informação principal.

Art. 3º A desobediência ou inobservância a qualquer dispositivo desta Lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente a 08 (oito) UPFs/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná).

Parágrafo único. Persistindo a irregularidade a multa será aplicada em dobro.

Art. 4º Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.

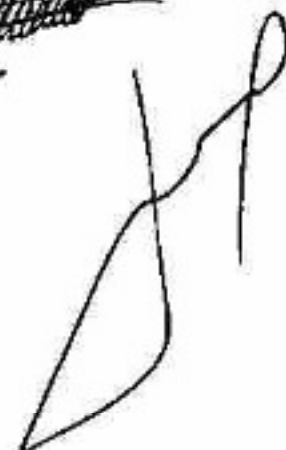
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 801/11

Dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

Art. 1º As empresas fabricantes de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica, no Estado do Paraná, ficam obrigadas a imprimir em seus produtos informações que tragam: nome do fabricante, nome do produto, origem, número do lote, data de fabricação e composição química dos mesmos.

Parágrafo único. Os dispositivos contidos no *caput* deste artigo são igualmente aplicados a todos os estabelecimentos comerciais situados no território paranaense que façam uso de quaisquer dos produtos de que trata a presente Lei.

Art. 2º A identificação tratada no *caput* do art. 1º da presente Lei deve constar cada uma das unidades produzidas, bem como nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados.

Art. 3º As informações de identificação dos produtos devem ser impressas de forma clara e visível às empresas, comerciantes e consumidores.

Art. 4º Os códigos de barras das embalagens dos produtos constantes dos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º também deverão conter todas as informações estabelecidas pela presente Lei.

Art. 5º São consideradas pela presente Lei por vasilhames ou embalagens de matérias plásticas aquelas originadas de:

I – polietileno tereftalato (PET), frascos e garrafas para uso alimentício/hospitalar e cosméticos;

II – polietileno de baixa densidade (PEBD);

III – polietileno linear de baixa densidade (PELBD), sacolas para supermercados e lojas, filmes para embalar leite e outros alimentos, sacaria industrial, filmes para fraldas descartáveis, bolsa para soro medicinal e sacos de lixo;

IV – polipropileno (PP), filmes para embalagens de alimentos e embalagens industriais;

V – poliéster (PE) e películas de proteção solar.

VI – policloreto de vinila (PVC);



VII – poliestireno (PS).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


Alexandre Curi
Presidente




Relator




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 924/11



Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado".


Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Cabrito Apressado", realizada anualmente na última semana do mês de maio, no Município de Corumbataí do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 156/12

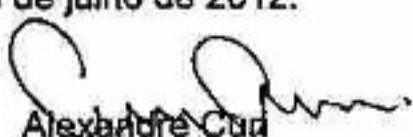
Altera o art.1º da Lei nº 17.048 de
04/01/12.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.048, de 04 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas exclusivamente à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.


Alexandre Curi
Presidente



Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 233/12

Altera o inciso II, do art. 18
da Lei nº 13.666, de
05/07/2002.

Art. 1º O inciso II do art. 18, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, alterado pela Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Adicional de Voo – AAV: retribuição financeira para o cargo de Agente de Aviação, fixada em valor fixo, de natureza permanente, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais".

Art. 2º A estrutura da vantagem Adicional de Voo obedecerá ao contido no Anexo único desta Lei.

Art. 3º O valor do Adicional de Voo será corrigido automaticamente quando da concessão do índice geral de revisão geral de vencimentos.

Art. 4º Os atuais servidores do Quadro de Agente de Aviação terão sua remuneração ajustada por meio de ato do Chefe do Poder Executivo ouvida a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, na forma da presente Lei.

Art. 6º Os atos referentes à aplicação da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder

Executivo, com o cancelamento ou revisão de programa governamental em valor suficiente para cobertura da despesa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nºs 14.077, de 04 de julho de 2003, 15.878, de 09 de julho de 2008 e 16.268, de 09 de novembro de 2009, nas partes que tratam do adicional de voo.

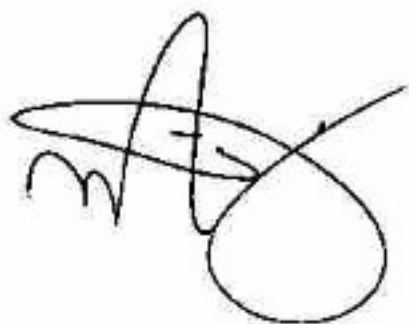
Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 001/12

Altera a redação da Resolução nº 02/05 que instituiu o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Ams.

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 02, de 1º de março de 2005, passa a contar com a seguinte redação:

"Art.1º Fica instituído o Prêmio Mulher-Cidadã Zilda Ams, a ser conferido anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a mulheres que no âmbito do Estado tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero".

Art. 2º O art. 2º da Resolução nº 02/05 e seus parágrafos passarão a contar com a seguinte redação:

"Art. 2º A concessão da homenagem a que se refere o art. 1º poderá ser proposta por qualquer parlamentar estadual ou entidade, governamental ou não-governamental, que no Estado desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher.

§1º Cada parlamentar ou entidade poderá indicar anualmente, até o último dia útil do mês de setembro, um nome de candidato ao Prêmio.

§ 2º A indicação deverá ser instruída com justificativa de concessão da homenagem, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* da mulher a ser agraciada com a honraria".

Art. 3º O *caput* do art. 3º da Resolução nº 02/05 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Prêmio de que trata esta Resolução será constituído: de um Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue durante as comemorações do Outubro Rosa e de um Medalhão Mulher-Cidadã Zilda Arns que será entregue por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, no ano seguinte, em solenidade realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná".

Art. 4º O art. 4º e seu parágrafo único da Resolução nº 02/05 passarão a contar com a seguinte redação:

"Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas fica designada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa.

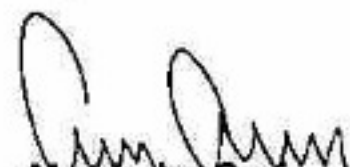
Parágrafo único. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher enviará à Mesa Executiva os nomes das agraciadas com a honraria".

Art.5º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 4º e o art. 5º da Resolução nº 02/05.

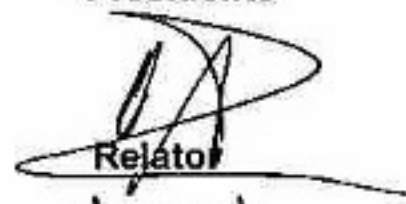
Art. 6º Fica renumerado o art. 6º da Resolução nº 02/05 para art. 5º.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

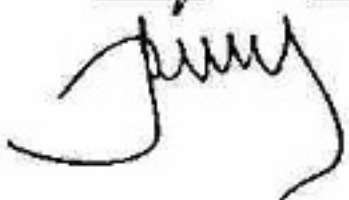

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch

D. L.

Fls. 02

Projeto de Lei nº

682/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 8 AGO. 2011

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ACORRERONDON – Associação dos Corredores de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a ACORRERONDON – Associação dos Corredores de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

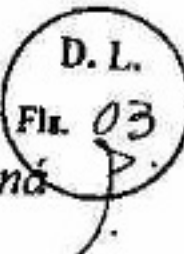
Art. 2º. Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 2011


Elio Rusch
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



JUSTIFICATIVA

Honrosamente submeto à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação dos Corredores de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

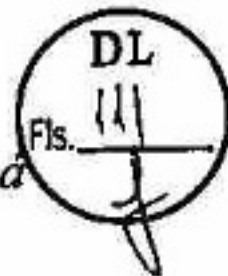
Esta associação é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter formativo-desportivo, de duração ilimitada, tendo como objetivo principal a promoção, coordenação e divulgação de atividades ligadas ao atletismo, notadamente às corridas de rua e caminhadas, visando o aprimoramento técnico, cultural e humano de seus associados, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.


Elio Rusch
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 682/2011

Projeto de Lei nº. 682/2011

Autor: Deputado Estadual Elio Rusch

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ACORRERONDON - Associação dos Corredores de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

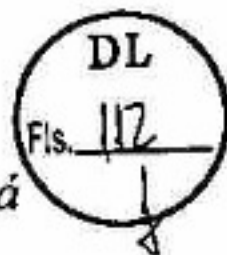
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *ACORRERONDON - Associação dos Corredores de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

a) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

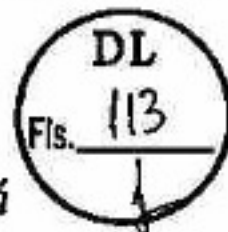
- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio da lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "passa a vigorar na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Assim, sugere-se na Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

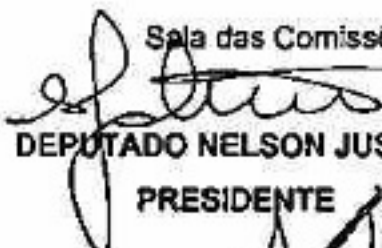


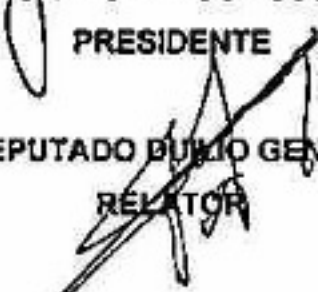
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

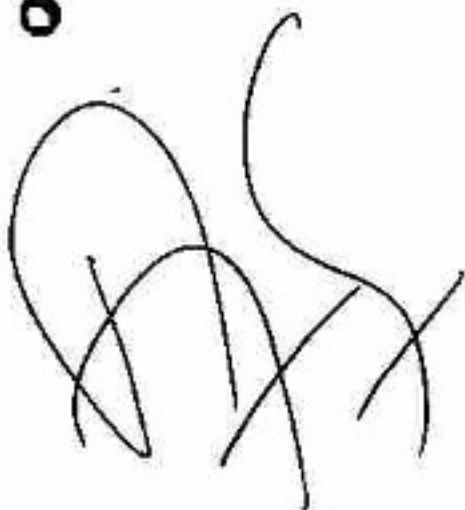
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal
tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em de de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

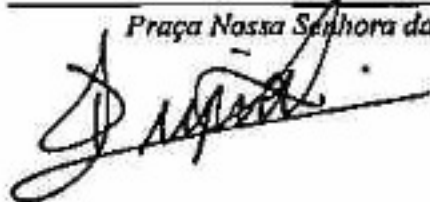

DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR





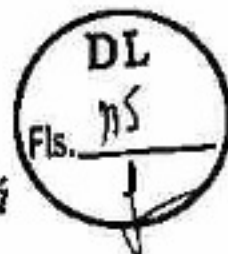








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

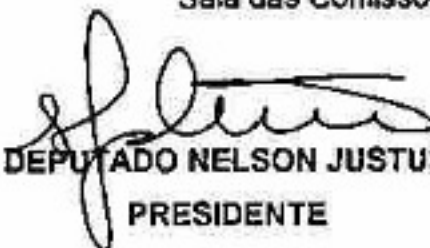


EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 682/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em de de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D

Projeto de Lei nº 107/12

Em, 20 V 2012

Nelson Garcia
1º Secretário

SÚMULA: Denomina trechos de Rodovia conforme
especifica.

Art. 1º - Denomina Rodovia Antonio Pedroso, o trecho da PR 082 compreendido entre os Municípios de Ivaté e Douradina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2012

Nelson Garcia
Deputado NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Com o referido Projeto de Lei, temos a honra de homenagear o Sr. Antonio Pedroso, pai do atual prefeito da cidade de Douradina, José Carlos Pedroso.

Devemos ressaltar que o Sr. Antonio Pedroso é fundador da cidade de Ivaté, e prestou inúmeros serviços a comunidade de ambas as cidades.

Gabinete Deputado Nelson Garcia
Gabinete 502 - 5º andar - Fone: 3350-4057/4257
www.nelsongarcia.com.br

14122 20-03-2012 001507 DT RESOLUÇÃO 11619/09 DE 175040



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 107/2012

Projeto de Lei nº 107/2012

Autor: Deputado Estadual Nelson Garcia

Súmula: Denomina Rodovia Deputado Antônio Pedroso, o trecho da PR-082 compreendido entre os Municípios de Ivaté e Douradina.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O TRECHO A SER
DENOMINADO NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo denominar de Deputado Antônio Pedroso, a Rodovia PR-082 compreendido entre os Municípios de Ivaté e Douradina, tendo em vista sua importância como Parlamentar na representação destes Municípios.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 16
D

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 85, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 17

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURIA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 107/2012

Projeto de Lei nº 107/2012
Autor: Deputado Nelson Garcia

Súmula: Denomina rodovia Antonio Pedroso, o trecho da PR 082 compreendido entre os municípios de Ivaté e Douradina.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 107/12, de autoria do Deputado Nelson Garcia, denomina rodovia Antonio Pedroso, o trecho da PR 082 compreendido entre os municípios de Ivaté e Douradina.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 107/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva realizar uma justa homenagem ao senhor Antonio Pedroso, homem que prestou serviços relevantes à comunidade de Ivaté e Douradina, sendo justa esta homenagem a um cidadão que dignificou a história do Paraná.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

3

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 107/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Ivaté e Douradina, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 107/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

Ademir Bler

Relator